

CONTATO ENTRE LÍNGUAS NOS PALOP: O PERFIL SOCIOLINGUÍSTICO DE ESTUDANTES ANGOLANOS

Nataniel Kassoma KUANZA ¹
Fábio Fernandes TORRES ²
Cássio Florêncio RUBIO ³

Resumo: Este texto objetiva apresentar uma caracterização sociolinguística de estudantes angolanos do Ensino Superior, revelando, principalmente, detalhes sobre o contato linguístico entre a língua portuguesa, oficial em Angola, e outras línguas africanas e europeias. A pesquisa, realizada pela submissão de inquéritos a 20 estudantes angolanos, tem amparo teórico-metodológico, principalmente, na Sociolinguística Laboviana (LABOV, 2008). Os resultados revelam convívio dos angolanos com línguas étnicas africanas, embora haja o predomínio do emprego da língua portuguesa no seio familiar e nas interações sociais. Há uma imposição linguística ocasionada pelo valor do português no “mercado linguístico” angolano e internacional.

Palavras-chave: Perfil sociolinguístico; Angola; Língua Portuguesa; PALOP; Contato linguístico.

Abstract: This text aims to present a sociolinguistic characterization of Angolan students of Higher Education, revealing, mainly, details about the linguistic contact between the Portuguese language, official in Angola, and other African and European languages. The research, carried out by submitting surveys to 20 Angolan students, has theoretical support in the Labovian Sociolinguistics (LABOV, 2008). The results reveal that Angolans live with African ethnic languages, although there is a predominance in the use of Portuguese in the family and in social interactions. The predominance of Portuguese highlights the linguistic imposition caused by its value in the “linguistic market”.

Keywords: Sociolinguistic profile; Angola; Portuguese language; PALOP; Linguistic contact.

Introdução

Não há muitos relatos em África do período em que os PALOP (Países Africanos de Língua Oficial Portuguesa) estiveram sob o domínio português. Quase todas as narrativas hoje encontradas apontam uma ótica bastante particular, com ponto de vista dos colonizadores, os portugueses, sobre esse período, o que não contribui muito para conhecimento social e também linguístico dos territórios colonizados.

¹ Mestrando do Programa de Pós-Graduação em Linguística da Universidade Federal de Santa Catarina (UFSC), e-mail: natanielcassoma5319@gmail.com, ORCID: <https://orcid.org/0000-0003-2908-5733>.

² Professor do Instituto de Linguagens e Literaturas e do Programa de Pós-Graduação em Estudos da Linguagem da Universidade da Integração Internacional da Lusofonia Afro-Brasileira (Unilab), e-mail: fabiofortres@unilab.edu.br, ORCID: <https://orcid.org/0000-0002-5972-5140>.

³ Professor Associado I do Departamento de Psicologia e do Programa de Pós-Graduação em Linguística da Universidade Federal de São Carlos (UFSCar). Mestre e doutor em estudos linguísticos pela Universidade Estadual Paulista (UNESP). E-mail: cassiorubio@ufscar.br ORCID: <https://orcid.org/0000-0002-6986-1381>.

É sabido, entretanto, que a “descoberta” de terras africanas impôs aos habitantes locais um brutal e cruel processo de escravização e tráfico humano, com a finalidade única de enriquecer a metrópole lusitana. Certamente, esse domínio também ocasionou consequências linguísticas, sociais e culturais aos que foram dominados, o que ainda hoje pode ser, de antemão, confirmado pela presença da língua e cultura portuguesa nos PALOP.

A colonização impediu o florescimento de línguas nacionais e sua adoção como línguas oficiais, remanescendo, nesses povos, sentimentos diversos acerca do idioma imposto pelo colonizador.

Com base nessas considerações iniciais, este trabalho, tendo em vista o contexto multilíngue em que se insere a língua portuguesa em África e os traços de identidade remanescentes da colonização, busca revelar o perfil sociolinguístico de amostra com estudantes angolanos do Ensino Superior, com objetivo de trazer à luz características do contato entre línguas em Angola.

Muitos estudos já apontaram uma realidade multilíngue em Angola, entretanto o fizeram de forma observacional, não apresentando comprovações estatísticas sobre a realidade dos falantes ou de recorte expressivo da comunidade, o que propomos neste trabalho, ainda que de forma preliminar.

O texto está organizado do seguinte modo: primeiramente, apresentamos uma breve contextualização de Angola e o referencial teórico em que apoiaremos nossas discussões; em seguida, descrevemos a metodologia empregada e, posteriormente, a análise dos resultados e considerações finais.

Breve contextualização sociopolítica de Angola

Em período anterior à colonização portuguesa, Angola era povoada por reinos semiorganizados, sendo a região que compreende atualmente o país pertencente ao Reino do Congo⁴. O povo autóctone de Angola, os khoisan, tinha como modelo a economia de subsistência e estilo de vida baseado na caça; eram nômades e em pouco número de habitantes. A região, posteriormente, recebeu o povo bantu, que se instalou ao norte de Angola, a partir do segundo milênio, onde estavam os khoisans, forçando-os a mudarem para outras regiões. Os bantus mantiveram-se e continuam ainda até hoje em Angola, na zona sul do país.

Segundo Ki-Zerbo (2010, p. 307), o termo *khoisan* é uma combinação de duas palavras khoi-khoi: *khoi*, que significa “homem”, e *san*, cuja raiz *sa* significa “acumular, colher frutos, arrancar raízes da terra, capturar pequenos animais”. Trata-se, portanto, da qualificação de um grupo humano em função de seu estilo de vida e modo de produção. Os povos bantus, tal como os khoisans, também eram caçadores e agricultores e foram forçados a se mudarem para região norte de Angola, por questões políticas e econômicas.

Na história da África, os séculos XIV e XVII são marcados pelo surgimento de novos reinos, como o Reino do Congo, que foi um dos mais importantes reinos já existentes no continente, tal como o do Malí e do Benin. O reino adotou o comércio de sal, metais, tecidos e produtos de origem animal, atividade econômica que era feita por meio do escambo (trocas) ou com a adoção do zimbu, um tipo de concha encontrada exclusivamente na região de Luanda (CASTRO, 1978). Além disso, nesse período, o tráfico de escravos foi movimentado pelo contato das autoridades políticas do Reino do

⁴ O Antigo Reino do Congo era região localizada no sudoeste de África, que corresponde, atualmente, ao território dos seguintes países: Angola; a República do Congo, a noroeste; a República Democrática do Congo, na parte ocidental; e o Gabão a centro-sul.

Congo com os portugueses. Inclusive, grande parte dos escravos que trabalhou na exploração de ouro, no século XVII, no Brasil, era originária das regiões do Congo e Angola.

Em 1576, é fundada a São Paulo de Assunção de Luanda, por ser o ponto estratégico do comércio de tráfico de escravizados de Angola para América, mais especificamente para o Brasil, e para Europa. Vários tratados foram feitos pelas nações imperialistas da época para continuarem a usufruir dos bens e riquezas de Angola e de outros países africanos. No entanto, a delimitação de Angola definiu-se depois da Conferência de Berlim (de 15 de novembro de 1884 a 26 de fevereiro de 1885), da qual participaram a Alemanha, a França, a Noruega, e outras nações europeias, tendo como principal objetivo repartir a África, delimitando as fronteiras de cada país de acordo com os seus interesses (MELLO, s.d.).

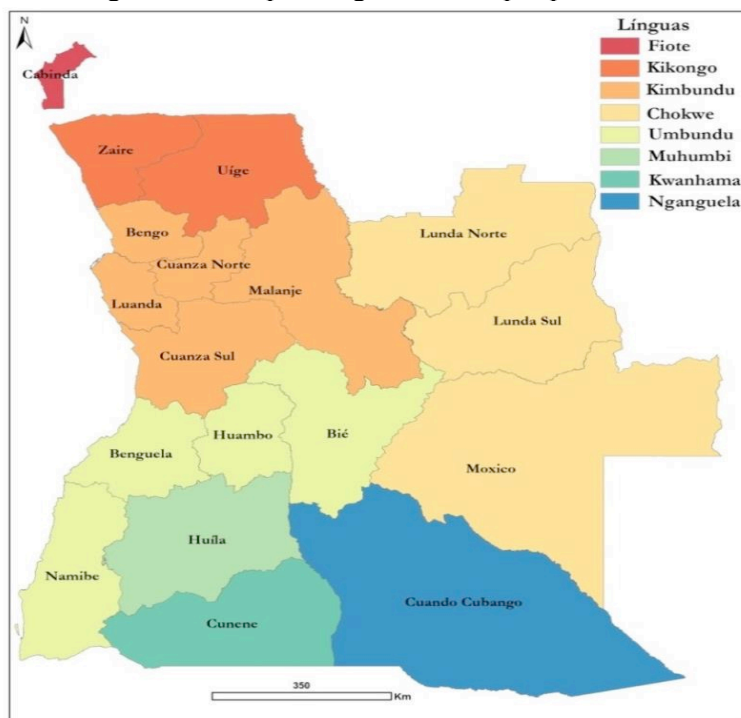
Desse modo, a região que compreende Angola atualmente era composta por reinos, cuja organização foi interrompida pela intervenção portuguesa, no ano de 1482. Depois de séculos de escravização, exploração e colonização dos portugueses, o país alcança sua independência, fruto de lutas de libertação nacional, em 11 de novembro de 1975, tornando-se livre do jugo colonial.

O movimento de independência foi protagonizado pelos partidos MPLA (Movimento de Libertação de Libertação de Angola), UNITA (União Nacional de Independência Total de Angola) e FNLA (Frente Nacional de Libertação de Angola), que, depois de guerras, lutas armadas e derramamento de sangue, conseguiram a independência, tendo como herança do período colonial a língua do colonizador, que serviu de elo de garantia da unidade nacional.

A língua portuguesa foi levada a Angola juntamente com a cultura, a dominação e exploração colonial escravista dos colonizadores portugueses. Antes disso, as regiões que compreendem o país eram multiculturais e multilíngues, em que predominavam as línguas de origem Bantu, como ressalta Okoudowa (2015, p. 11): “ (...) temos línguas faladas em Angola (...) e que são essencialmente línguas do grupo Bantu. Como exemplo: o Kimbundu, o Umbundu, o Kikongo, o Chokwê etc (...)”.

De acordo com Instituto Nacional de Estatística – INE (2014, p. 51), as línguas mais faladas atualmente no território angolano são: o português (71,15%), o umbundu (22,96%), o kikongo (8,24%), o kimbundu (7,82%), o chokwê (6,54%), o nhaneca (3,42%), o nganguela (3,11%), o fiote (2,39%), o kwanhama (2,26%), o muhumbi (2,12%) e o luvale (1,04%). O mapa da figura 1 apresenta a distribuição das línguas mais faladas no território angolano.

Figura 1: Principais línguas faladas por províncias



Fonte: Instituto Nacional de Estatística de Angola (2014, p. 56)

É notória a diversidade linguística presente no território angolano, mas o *status* dessas línguas não é o mesmo, visto que algumas têm o reconhecimento de língua regional ou local, porém não têm o mesmo reconhecimento linguístico nacional e nem o mesmo prestígio social da língua portuguesa (NDOMBELE; TIMBANE, 2020). Comumente, algumas são denominadas dialetos, ainda que se constituam em línguas naturais plenas e funcionais.

Angola tem, como a maioria dos países africanos, dezenas de línguas em seu território, como pudemos constatar, porém o português é a única língua que tem o *status* de língua oficial, o que ocorreu, por razões políticas, em razão da independência do país em 1975⁵.

Segundo Quino (2005 *apud* PONSO, 2011, p. 18), o fato de o português ser a língua oficial de Angola decorre de os cidadãos a considerarem como a língua de prestígio, de mobilidade social e econômica e de poder, ou seja, falar português é sinônimo de ascensão social.

Ndombele e Timbane (2020) revelam que o contexto multilíngue em Angola e a imposição de uma língua majoritária causam, inclusive, dificuldades no ensino de português, principalmente nas zonas suburbanas e rurais, pois há forte presença, nas escolas desses locais, de estudantes advindos das mais diversas matrizes étnicas. Nesse contexto, segundo os autores, é bastante comum que os alunos falem pelo menos uma

⁵ Quando, em 1975, Angola se tornou independente, após um longo período de colonialismo e um ainda mais longo período de contacto entre o português e as línguas africanas aí faladas, no momento de escolher a língua oficial da nova nação, a opção recaiu sobre o português, o que representou uma continuidade, ao invés de uma rutura, que poderia ter sucedido se a escolha tivesse recaído sobre uma das línguas autóctones. Tal opção, no entanto, quando encarada numa perspectiva estritamente lógica e pragmática, não teria qualquer viabilidade, uma vez que a diversidade étnica associada à diversidade linguística dificilmente permitiria escolher uma língua em detrimento de outras. (BANZA 2014, p. 32)

língua africana e não falem o português de forma fluente, o que prejudica a assimilação dos conteúdos que são ministrados exclusivamente em língua portuguesa.

Pressupostos teóricos

A caracterização do contato entre diferentes línguas é objeto de pesquisa da Sociolinguística, que concebe a língua em constante relação com a sociedade, com influência de uma sobre a outra (LABOV, 2008). Interessa a essa vertente dos estudos linguísticos a língua inserida em um contexto social, sendo empregada por usuários reais, uma vez que há heterogeneidade no indivíduo e na(s) comunidade(s) da(s) qual(is) ele participa.

Como se sabe, há uma avaliação das línguas, do ponto de vista social, principalmente se uma língua é a oficial ou padronizada; e do ponto de vista linguístico. Petter (2015, p. 15) reitera que não se deve estabelecer nenhuma distinção entre línguas, ou mesmo entre uma língua e o que se denomina normalmente de dialeto, que nada mais é que uma variedade regional menos prestigiada socialmente. A diferenciação com base no conceito de língua e de dialeto não auxiliam em nada uma análise linguística, sendo mais frutífero recorrer apenas às designações de língua e de variedade linguística (PETTER, 2015).

Petter (2015) enfatiza que:

A língua é um sistema de comunicação constituído por sons verbais (a língua oral) ou por sinais (a língua de sinais) [...] não há nada que distinga de dialeto, que é uma forma de expressão regional, utilizada também com a finalidade de estabelecer comunicação. (PETTER, 2015, p. 14-15).

As línguas sempre se constituem por relações sociais entre os indivíduos de uma mesma comunidade, sendo uma forma de interação que possibilita o estabelecimento de vínculos só experimentados pelos humanos. Elas são sempre fruto da “criação coletiva dos povos” que as empregam, sendo impossível a um indivíduo criar uma língua natural (LUCCHESI, 2015, p. 48).

O contato linguístico, nesse contexto, é uma prática que sempre ocorreu na história das línguas humanas e é resultante da convivência e do estabelecimento das relações comerciais de troca, ou relações de domínio político, militar, de cultura ou de ideologia entre os povos que possuem línguas diferentes (LUCCHESI, 2008). Os motivos que impulsionam o contato entre línguas são de diferentes naturezas, sobretudo relacionados a problemas políticos e econômicos (PETTER, 2015).

Fiorin e Petter (2014), com base no contato linguístico nos PALOP, apontam que, vários séculos após a chegada dos portugueses, são atestadas mais de 700 palavras de origem africana em Angola, como sendo emprestadas ao português, palavras originárias, principalmente, do quicongo e quimbundo. Apontam também os autores que esses empréstimos não foram feitos pelos falantes nativos das línguas africanas, e sim pelos falantes não nativos dessas línguas, principalmente os portugueses.

O contato entre o português e as outras línguas é também evidente no português falado no Brasil, visto que este sofreu a incorporação de contribuições de inúmeras línguas africanas e indígenas brasileiras, conforme apontamento de Lucchesi (2008, p. 153):

até o final do século XVII, o português era apenas uma das línguas faladas pelos cerca de 300 mil habitantes da América portuguesa. Nas províncias mais periféricas, como São Paulo e Maranhão, a língua geral de base tupi predominava. Nas províncias que então impulsionavam o projeto colonial

brasileiro, Pernambuco e Bahia, a massa da mão-de-obra escrava lançava mão de línguas francas africanas, como o quimbundo, para se comunicarem entre si. No interior, ao redor dos engenhos, ou nos quilombos, línguas francas africanas conviveriam com variedades pidginizadas ou crioulistadas do português (LUCCHESI 2008, p.153).

As situações de contato entre línguas podem gerar, como consequência, a longo prazo, comunidades bilíngues ou multilíngues, com uma divisão funcional de emprego das línguas.

Krug (2004) aponta que, em uma situação de bilinguismo, é importante se verificar as capacidades de escrita e fala, além da proficiência em relação aos níveis constitutivos das línguas em contato. É relevante investigar ainda a função externa, observando-se as zonas de contato entre línguas e, ainda, as funções internas, com empregos vinculados ao próprio falante, em situações do dia a dia. Na análise da alternância, analisam-se o quanto as línguas são empregadas em diferentes funções de interação. Na observação da interferência, é considerado o conjunto de elementos de uma língua que podem estar, de alguma forma, presentes na outra.

Em situações de bilinguismo, não são apenas as línguas que estão em contato, mas também culturas, que passam a ocupar o mesmo espaço. Além disso, apresentam-se modos diferentes de “pensar e organizar a realidade”, que, por sua vez, revelam-se nos processos de interação. O falante bilíngue emprega duas línguas de acordo com a situação comunicativa, com os interlocutores e com seus objetivos, de forma seletiva, coletiva ou simultânea (AGUILERA; BUSSE, 2008).

As situações de bilinguismo que são verificadas no convívio do português com línguas minoritárias e de minorias étnicas assumem condição dinâmica e gradativa nas situações de interação social. Esse dinamismo ocasiona não somente o bilinguismo, mas também o biculturalismo, haja vista a necessidade do indivíduo bilíngue de se relacionar e se identificar com os grupos linguísticos em contato, ou seja há a possibilidade de que esse indivíduo constitua uma identidade com traços de ambas as culturas (AGUILERA; BUSSE, 2008).

A análise de situações de contato linguístico, portanto, deve considerar diferentes aspectos, como a comunidade de fala, os papéis e funções sociais, o status dos falantes e das línguas e o domínio linguístico e social.

Especificamente na análise proposta em nossa pesquisa, que busca caracterizar uma comunidade de falantes de Angola, é essencial revelar qual a caracterização sociolinguística da comunidade, ou seja, que características sociais e linguísticas possuem não somente os indivíduos inquiridos, mas também suas famílias. Além disso, é importante revelar quais são e como se constituem suas redes de relações sociais. É fundamental também o conhecimento de como se deu e como se dá o contato desses usuários com as línguas, desde a sua aquisição, até o momento atual. Os resultados podem apontar, além do predomínio da língua majoritária, o desprestígio das línguas minoritárias, o que poderia ocasionar, a longo prazo, a redução sistemática do emprego dessas últimas e até mesmo suas extinções.

Metodologia

Como este trabalho tem o objetivo principal de apresentar o perfil linguístico de estudantes angolanos do Ensino Superior, foi aplicado questionário específico para cumprir essa finalidade. Para elaboração desse questionário, consideramos os apontamentos de Krug (2004) sobre aspectos relevantes a serem revelados em situações de contato linguístico. Seguem, no quadro 1, as principais questões investigadas.

Quadro 1: Categorias de análise

Perfil	Categorias de análise
Perfil linguístico	Idade de aquisição do português.
	Lugar de aquisição (casa, escola...).
	Primeira/segunda língua de aquisição.
	Emprego das línguas em situações reais.
	Língua dos membros da família.
	Quantidade de línguas faladas pelo informante.
	Língua mais falada pelo informante.
	Língua de ensino.
	Caracterização do ensino.
	Caracterização do material didático de ensino.

Fonte: elaboração própria

Os 20 inquiridos, no período de coleta dos dados, eram alunos de diferentes cursos de graduação da Universidade da Integração Internacional da Lusofonia Afro-Brasileira (Unilab), nos campi do Ceará, e são provenientes de diferentes províncias de Angola.⁶ Não houve possibilidade de estratificação social da amostra, justificada pela homogeneidade dos perfis, compostos, em sua maioria, por jovens, com idade entre 18 e 30 anos, todos com Ensino Superior Incompleto.

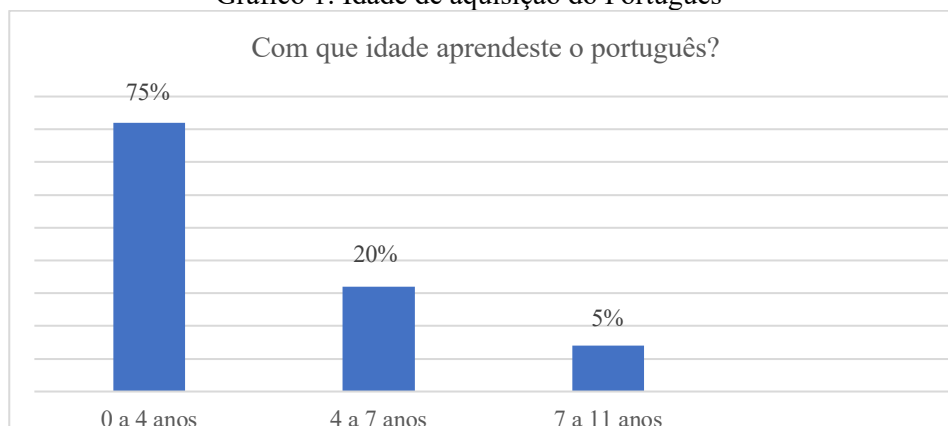
A falta de estratificação, no entanto, em nosso entendimento, não se constitui barreira, a considerar que o objetivo principal da pesquisa é revelar o perfil sociolinguístico geral dos estudantes, apontar preliminarmente um panorama geral dos falantes em Angola e apresentar mais detalhes sobre o contato entre línguas no país.

Resultados

Para traçarmos o perfil linguístico dos informantes angolanos, procuramos evidenciar, por meio do questionário, a situação de aquisição da língua portuguesa em meio ao contato linguístico presente na sociedade angolana. Dessa forma, interessa-nos o contexto em que o falante adquiriu a língua, se ocorreu naturalmente ou em situação de escolarização, se foi a primeira língua de aquisição ou não etc.

Em se tratando de uma possível situação de contato entre diferentes línguas, principalmente no seio familiar, uma das questões pertinentes era investigar a idade com a qual os falantes adquiram a língua portuguesa, apontando ou não, no caso das ex-colônias portuguesas em África, o processo de nativização do português. O Gráfico 1 apresenta os dados referentes a essa situação.

⁶ A Unilab é uma universidade federal de caráter internacional, com campi nos Estados do Ceará e da Bahia, que recebe em seus cursos de graduação, estudantes dos PALOP.

Gráfico 1: Idade de aquisição do Português⁷

Fonte: elaboração própria

Constatamos que, para a maioria dos informantes, o português foi adquirido em idade entre 0 e 4 anos, período natural de aquisição da língua materna a qualquer ser humano sem patologias. Apenas 20% dos informantes revelaram ter aprendido o português na faixa etária de 4 a 7 anos de idade, e um informante, na faixa etária de 7 a 11 anos de idade, o que corresponde a percentual 5% da amostra. Este último caso trata-se de um informante com dupla nacionalidade, que adquiriu primeiro a língua da nação em que nasceu.

Esses resultados preliminares apontam a necessidade de maior conhecimento da realidade linguística dos PALOP, pois, embora possuam em comum sua colonização e a língua portuguesa como oficial, apresentam caracterizações bastante divergentes. Cá e Rubio (2019), em estudo de mesma natureza realizado em Guiné-Bissau, constataram que nenhum dos 50 informantes considerados na pesquisa tinha a língua portuguesa como primeira língua, sendo línguas maternas o guineense (crioulo guineense) ou uma das línguas étnicas presentes no país.

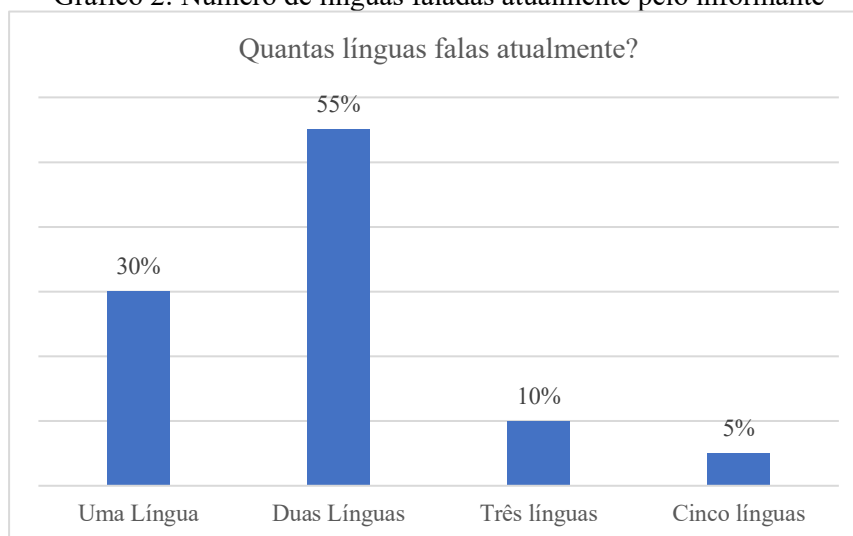
Em comunidades de contato linguístico, a primeira língua adquirida nem sempre é a oficial ou majoritária, visto que diferentes fatores sociais podem interferir neste processo, tais como a língua dos pais, a língua da etnia etc. Em nossa amostra, 90% dos informantes revelaram ser o português sua primeira língua, ou seja, a “língua materna”, que é a língua do primeiro contato da criança com a família, e a língua que depois também é compartilhada na rua, comunidade etc (ALMEIDA FILHO, 2015). Contudo, o contexto linguístico do país, a semelhança de outros países africanos que são ex-colônias portuguesas, pressupõe que grande parte dos falantes não possua somente uma língua, sendo bilíngues ou até mesmo multilíngues.

Quando perguntados sobre a aquisição de outra língua, 50% dos informantes revelaram possuir, como segunda língua, uma língua étnica, sendo 20% o kimbundu; 10%, o kikongo, 10% o lingala, 5% o umbundo; e 5% o chokwê. Do restante da amostra (50%), 20% dos inquiridos afirmaram possuir o inglês como segunda língua; e 30% não responderam ou apontaram não possuir outra língua além da materna.

Os informantes foram também questionados quanto ao número de línguas faladas atualmente, o que poderia revelar o contato entre línguas no território, apesar de o português figurar como única língua oficial do país.

⁷ As perguntas foram elaboradas em variedade linguística que se aproxima da empregada no país.

Gráfico 2: Número de línguas faladas atualmente pelo informante

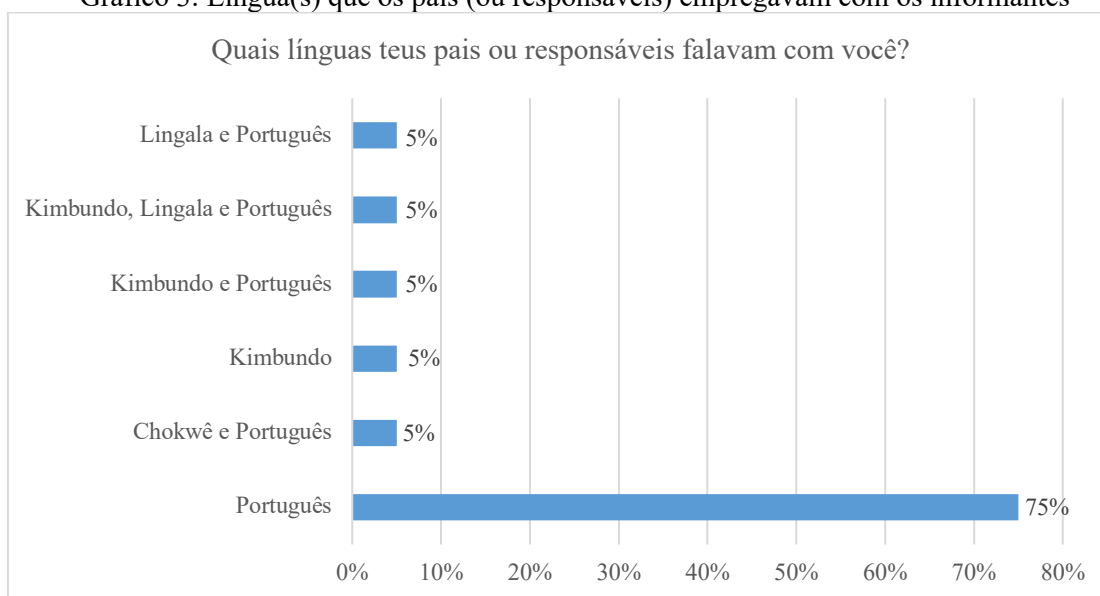


Fonte: elaboração própria

Os resultados revelaram um percentual expressivo de informantes bilíngues ou multilíngues, 70% do total, sendo 55% falantes de duas línguas; 10%, de 3 línguas, e 5% (1 informante) de 5 línguas. Esses resultados confirmam Angola como um país onde, apesar do predomínio da língua portuguesa, ainda ocorre substancial contato entre línguas, étnicas (locais) e de outros continentes e, ainda “crioulos”. Dentre as respostas, pudemos observar, por exemplo, falantes bilíngues de inglês e português (4 informantes), de lingala e português (1 informante), de (crioulo) caboverdiano e português (1 informante), de chokwê e português (1 informante), de kikongo e português (1 informante), de kimbundo e português (1 informante), de umbundo e português (1 informante), além de informantes que possuem três diferentes línguas, como francês, lingala e português (1 informante) e inglês, kimbundo e português (1 informante). Merece ainda destaque o apontamento de um dos informantes sobre o domínio de 5 línguas, o francês, o português, o inglês, o kimbundo e o lingala. Esses resultados confirmam que ainda existe uma realidade bilíngue ou multilíngue para grande parte dos angolanos.

Considerando esse contexto de contato linguístico e o fato de o português se constituir em língua oficial no país, analisamos qual seria a configuração do seio familiar, ou seja, se haveria, neste ambiente, o emprego de outras línguas além do português. No gráfico 3, os resultados relacionados à língua mais empregada junto da família nos primeiros anos de vida.

Gráfico 3: Língua(s) que os pais (ou responsáveis) empregavam com os informantes



Fonte: elaboração própria

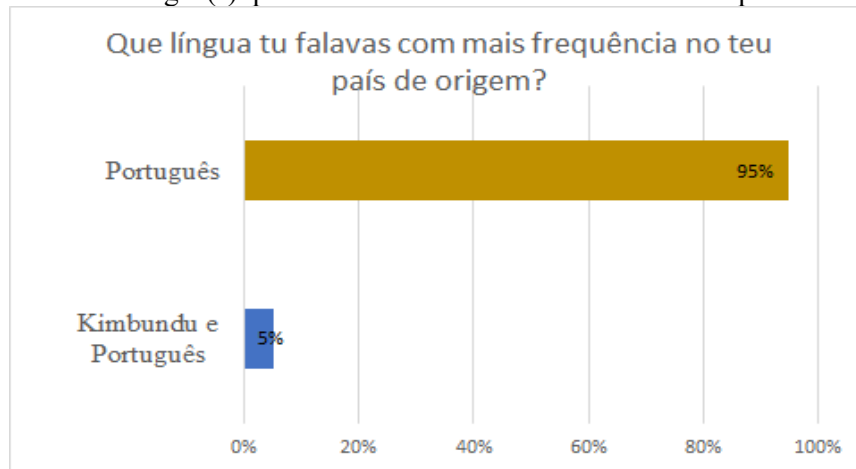
A maioria dos informantes declarou que os pais ou responsáveis se comunicavam com eles em português, o que equivale ao percentual de 75%, bem próximo aos resultados apresentados pelo INE (2014) sobre o percentual de falantes da língua portuguesa no país (71,15% da população). Os resultados revelam, complementarmente, que 25% dos informantes tiveram contato, em seu seio familiar, com pelo menos uma língua étnica, de origem africana.

Esses resultados, além de apontarem a “nativização do português” entre os angolanos, prenunciam a redução do emprego das línguas étnicas, minoritárias, as quais já não se apresentam como faladas nem mesmo no seio familiar da maioria dos informantes.

O emprego das línguas étnicas por parte de algum familiar poderia simbolizar um foco de resistência dessas línguas, por isso perguntamos aos estudantes se haveria alguém na família usuário de outra língua. 75% dos informantes apontaram possuir alguém na família (avós, tios, irmãos etc.) falante de uma língua étnica ou de um crioulo de base portuguesa. Dessa forma, ainda que não se constituam em línguas maternas, as línguas minoritárias (principalmente étnicas) ainda estão presentes no seio familiar de grande parte dos angolanos. A hipótese que temos, no entanto, é de que esteja preservada apenas entre as pessoas de maior idade na família.

Perguntamos aos informantes qual seria a língua mais empregada para comunicação em seu país, para verificar se, além de língua oficial, o português também seria língua nacional. Os resultados são apresentados na sequência, no Gráfico 4.

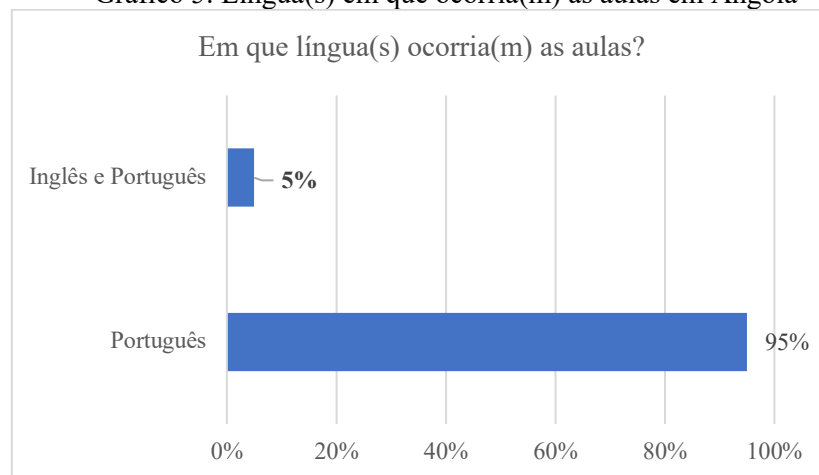
Gráfico 4: Língua(s) que os informantes falavam com mais frequência em Angola



Fonte: elaboração própria

Como se pode constatar, a quase totalidade dos informantes revelou se comunicar com maior frequência em português, o que confirma o predomínio expressivo da língua no país, e confirma o que afirma Corbari (2014, p. 71) sobre o prestígio da língua portuguesa entre os angolanos. Esse prestígio do qual a língua portuguesa goza pode ser também percebido em ambiente escolar, onde se despreza por completo o contato linguístico em que o país ainda está inserido. Na escola, como apontam os informantes e se pode verificar no gráfico 5, as aulas ocorriam exclusivamente em português.

Gráfico 5: Língua(s) em que ocorria(m) as aulas em Angola



Fonte: elaboração própria

Os resultados revelam não haver qualquer emprego ou menção às línguas étnicas em ambiente escolar, o que reforça a imposição, aos angolanos, da língua portuguesa. Retomamos aqui os apontamentos de Quino (2005 apud PONSÓ, 2011, p. 18), sobre ser o português, além de língua oficial, a língua “prestigiada, de ascensão social, de poder, de mobilidade social e econômica”. Além disso, 35% dos informantes relataram, em relação ao contexto de ensino de português em Angola, que o material didático

empregado era produzido em Portugal, revelando a influência considerável da variedade do português de Portugal no país.

Considerações finais

Os resultados deste estudo revelaram que, apesar de haver forte predomínio da língua portuguesa em Angola, a língua oficial e nacional do país, ainda permanecem resquícios de outras línguas, principalmente das línguas étnicas africanas, naturais do continente.

O perfil sociolinguístico dos informantes da pesquisa, jovens angolanos, no entanto, evidencia situação preocupante, haja vista demonstrar que dentro e fora do seio familiar e também no ambiente escolar, há a imposição do português como única língua a ser empregada, em detrimento das línguas étnicas empregadas pelos seus antepassados.

A configuração linguística revelada pode apontar, em futuro próximo, a elevação da língua majoritária, o português, à categoria de única língua falada em Angola e, consequentemente, o declínio e extinção das línguas étnicas minoritárias.

Referências

AGUILERA, V. A.; BUSSE, S. Contato linguístico e bilinguismo: algumas reflexões para o estudo do fenômeno da variação linguística. **Línguas & Letras**; v. 9, n. 16, 2018, p. 11-25. Disponível em: <<http://e-revista.unioeste.br/index.php/linguaseletras/article/view/1704>>. Acesso em: 12 jan. 2020.

ALMEIDA FILHO, J. C. P. **O ensino de português como língua não-materna: concepções e contextos de ensino**. Museu da Língua Portuguesa, 2005. Disponível em: <<http://museudalinguaportuguesa.org.br/wp-content/uploads/2017/09/ENSINO-COMO-LINGUA-NAO-MATERNA.pdf>>. Acesso em: 12 abr. 2016.

BANZA, A. P. O Português em Angola: uma Questão de Política Linguística. FIÉIS, A.; LOBO, M.; MADEIRA, A. (orgs.). **O universal e o particular: uma vida a comparar**. Lisboa: Edições Colibri, 2014, p. 29-38.

CÁ, I. N.; RUBIO, C. F. O perfil dos estudantes e a realidade do ensino de língua portuguesa em Guiné-Bissau. **Trabalhos em Linguística Aplicada**, Campinas, n. (58.1), jan./abr. 2019, p. 389-421. Disponível em: <<https://periodicos.sbu.unicamp.br/ojs/index.php/tla/article/view/8654232>>. Acesso em: 23 fev. 2020.

CASTRO, Armando. **O sistema colonial português em África (Meados do século XX)**, Lisboa: Caminho, 1978.

CORBARI, C. C. **Atitudes linguísticas: um estudo nas localidades paranaenses de Irati e Santo Antônio do Sudoeste**. 2014. Tese (Doutorado em Letras) - Programa de Pós-Graduação em Letras e Linguística, Universidade Federal da Bahia, Salvador, 2014.

FIORIN, J. L.; PETTER, M. **África no Brasil: a formação da língua portuguesa**. São Paulo: Contexto, 2014.

INE – Instituto Nacional de Estatística. **Resultados definitivos do Recenseamento Geral da população e da habitação**. Luanda, 2014. Disponível em: <http://censo.ine.gov.ao/xportal/xmain?xpid=censo2014&xpgid=relatorios-censo2014&actualmenu=8377701>. Acesso em; 22 fev. 2021.

KI-ZERBO, J. **História geral da África I: Metodologia e pré-história da África**. 2.ed. rev. Brasília : UNESCO, 2010.

- KRUG, M. J. **Identidade e comportamento linguístico na percepção da comunidade plurilíngue alemão-italiano-português de Imigrante – RS**. 2004. Dissertação (Mestrado em Letras) – Instituto de Letras, Universidade Federal do Rio Grande do Sul, Porto Alegre, 2004.
- LABOV, W. **Padrões sociolinguísticos**. Tradução Marcos Bagno, Maria Marta Pereira Scherre, Caroline Rodrigues Cardoso. São Paulo: Parábola Editorial, 2008.
- LUCCHESI, D. **Língua e sociedade partidas: a polarização sociolinguística do Brasil**. São Paulo: Contexto, 2015.
- LUCCHESI, D. **Africanos, crioulo e a língua portuguesa**. 2008. Disponível em: <http://www.coresmarcasefalas.pro.br/adm/anexos/10122008232732.pdf> Acesso em 25 de julho de 2018.
- MELLO, A. **Portugal e as colônias da África**. Brasília: Centro Gráfico do Senado Federal, s.d. Disponível em: <https://www2.senado.leg.br/bdsf/bitstream/handle/id/222404/000024733.pdf?sequence=3>. Acesso em: 10 mar. 2021.
- NDONBELE, E. D.; TIMBANE, A. A. O ensino de língua portuguesa em Angola: reflexões metodológicas em contexto multilíngue. **Fólio – Revista de Letras**, v. 12, n. 1, Vitória da Conquista, jun. 2020. Disponível em: <https://periodicos2.uesb.br/index.php/folio/article/view/6604/4887>. Acesso em: 12 mar. 2021.
- OKOUDOWA B. O português, sua variação e seu ensino na África: exemplos de Angola, Cabo Verde, Guiné-Bissau, Moçambique e São Tomé e Príncipe. **Letras e Letras**, v. 31, n. 3, Uberlândia, jan. 2015. Disponível em: <http://www.seer.ufu.br/index.php/letraseletras/article/view/30389/16703>. Acesso em: 20 fev. 2021.
- PETTER, M. **Introdução à linguística Africana**. São Paulo: Contexto, 2015.
- PONSO, L. C. Um foco sobre a situação sociolinguística dos Países Africanos de Língua Oficial Portuguesa. **Revista Icarahy**. Rio de Janeiro, n. 5, 2011. Disponível em: <http://www.revistaicarahy.uff.br>. Acesso em: 10 jan. 2021.

Submetido em 13 de janeiro de 2023.

Aceito em 14 de março de 2023.